

Renda Fixa: tudo o que você precisa saber para começar a investir

Entenda como funcionam os investimentos de Renda Fixa, se valem a pena e como investir com segurança para aproveitar sua rentabilidade

8/11/2022 11h35 • Atualizado há 7 meses



Investimentos em RENDA FIX...



Por décadas os brasileiros tiveram um caso de amor com a **renda fixa**. Os juros altos asseguravam um bom retorno – e, por causa disso, não era preciso procurar muito antes de se decidir. Embora o cenário tenha mudado nos últimos anos com a queda da Selic, esses investimentos continuam entre as preferências. Faz sentido? Como, afinal, funciona a renda fixa?

Se você é do tipo que aposta na renda fixa porque foi o que fez a vida inteira, mas não sabe ao certo a razão, precisa ler esse guia. Ele explica em detalhes essa grande categoria de investimentos, diferencia os produtos e indica como eles rendem. Ao final, você estará preparado para escolher a melhor opção para o seu caso.

O que é Renda Fixa e como funciona?

Rentabilidade garantida? Risco zero de perda? Você talvez esteja se perguntando o que é renda fixa, afinal. A resposta está em um conceito fácil de entender: nos investimentos em renda fixa, o cálculo da remuneração é previamente definido e conhecido desde o momento da aplicação.

Em linhas gerais, quem compra um título de renda fixa “empresta” dinheiro para alguém. Em troca, espera receber o valor aplicado de volta no futuro acrescido de juros, que são a remuneração pelo tempo em que o recurso ficou emprestado. As condições dessa transação – como prazos, taxas, índices de referência e detalhes quanto à negociação dos papéis – são acertadas desde o início.

Os emissores de títulos de renda fixa – em outras palavras, quem toma o dinheiro emprestado – podem ser bancos, empresas e o próprio governo. O funcionamento geral dos papéis é parecido, não importa a origem. O que é importante pontuar é que renda fixa não é sinônimo de retorno

US\$ 15,32 +0,13% GGBR4 R\$ 27,48 +0,96% IBOVESPA 120.409 pts +0,16% DÓLAR R\$ 4,76 -0,33% BITCOIN R\$ 1.000 100.000 +0,12%
ra prazo, de emissor para emissor. Via de regra, esses investimentos seguem alguns indicadores de referência. Os principais são a [Selic](#), o [CDI](#) e a [TR](#).

A Selic é a taxa básica de juros da economia brasileira. A meta para a Selic é definida periodicamente pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central. Ela serve de referência para o governo remunerar os investidores que compram seus títulos de dívida, mas não apenas. Na verdade, a meta baliza todas as operações envolvendo crédito no país, o que inclui os investimentos de renda fixa.

Algumas dessas aplicações têm a Selic como referência direta de remuneração. É o caso da poupança, por exemplo, que atualmente rende 70% da Selic ao ano (saiba mais sobre o funcionamento da caderneta adiante neste guia). Ou do [Tesouro Selic](#), título público negociado no Tesouro Direto que também paga a taxa básica, mais um pequeno acréscimo (ou, em algumas épocas, um pequeno deságio).

A taxa do [CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro](#) – é outra referência importante. Ela representa a média dos juros das operações de empréstimo de curtíssimo prazo realizadas diariamente pelos bancos entre si. O CDI e a Selic caminham muito próximos um do outro. Normalmente, as duas taxas são praticamente as mesmas.

Aplicações de renda fixa muito familiares aos investidores têm o CDI como referência. É o caso, por exemplo, dos Certificados de Depósitos Bancários, os famosos [CDBs](#). Os mais populares costumam oferecer um percentual do CDI como remuneração.

Aliás, esse modelo de remuneração – um percentual do rendimento de um indicador – é bastante comum nos investimentos de renda fixa. Numa aplicação que pague 80% do CDI, por exemplo, ainda que o CDI renda 5% ou 10% ao ano, o investidor embolsará apenas uma fatia disso – nesse caso, como fica óbvio, de 80%.

O terceiro referencial comum na renda fixa é a [Taxa Referencial](#), ou TR. Ela corrige, por exemplo, o rendimento da poupança e é calculada a partir das médias das taxas dos CDBs prefixados, emitidos por 30 instituições financeiras. Algumas mudanças recentes na fórmula, no entanto, mantêm a TR em zero desde setembro de 2017.

Tributação

Via de regra, os investimentos em renda fixa seguem uma mesma sistemática de tributação. Estão sujeitos a uma tabela regressiva de Imposto de Renda, com alíquotas que diminuem conforme o prazo do investimento.

A alíquota mais alta é de 22,5%, para aplicações mantidas por até seis meses. Para os que ficam de seis meses a um ano, a alíquota cai para 20% e, se o investimento for de um a dois anos, para 17,5%. A menor alíquota, de 15%, vale para investimentos mantidos por dois anos ou mais.

Tabela regressiva de Imposto de Renda

PRAZO DE INVESTIMENTO	ALÍQUOTA DE IR
até 6 meses	22,50%
6 meses a 1 ano	20,00%
1 a 2 anos	17,50%
acima de 2 anos	15,00%

Isso vale para CDBs, fundos, debêntures e vários outros produtos de renda fixa. Há, no entanto, algumas exceções e especificidades:

- Alguns investimentos de renda fixa são isentos de Imposto de Renda. Além da poupança, é o caso das letras de crédito imobiliário e agrícola (LCI e LCA), por exemplo.

- Fundos de renda fixa que tenham carteiras de curto prazo – ou seja, com uma carteira de títulos com prazo médio de até 365 dias – são tributados com apenas duas alíquotas. Se o investimento for mantido por menos de seis meses, o Imposto de Renda é de 22,5%. Se for mantido

Qual é a diferença entre Renda Fixa e Variável?

Se nos investimentos de renda fixa a remuneração é conhecida desde o momento da aplicação, nos investimentos de renda variável acontece exatamente o oposto. Nesse caso, o investidor não consegue saber previamente qual será a rentabilidade da aplicação.

Pense na compra de ações. As duas maneiras de ganhar na bolsa de valores são a distribuição de dividendos aos acionistas pelas companhias emissoras e a valorização dos papéis no pregão. Embora analistas do mercado financeiro possam projetar as duas formas de remuneração, com base em análises de mercado e dos balanços da empresa que emitiu as ações, nada assegura que o cenário vai se confirmar. Não é possível ter certeza de qual será o ganho nos próximos seis meses ou um ano – nem mesmo se haverá ganho ou prejuízo.

Como funciona a remuneração da Renda Fixa?

O cálculo da rentabilidade dos investimentos de renda fixa pode seguir padrões diferentes, de acordo com o tipo de papel que estiver em análise. As três formas tradicionais de remuneração são:

Papéis prefixados: Nas aplicações desse tipo, os juros são fixos e estabelecidos no momento em que elas são lançadas. Por isso, o investidor consegue saber quanto receberá no vencimento em reais.

Papéis pós-fixados: Nesse caso, a remuneração é atrelada a algum indicador de referência (como a Selic ou a taxa do CDI) e o valor do título é atualizado com base nele. O investidor sabe, de antemão, que indicador é esse, mas não tem certeza de quanto receberá no vencimento em reais, porque a taxa pode variar ao longo do tempo.

Papéis híbridos: Eles mesclam características de aplicações pré e pós-fixadas. Uma parcela da remuneração se dá por juros fixos e outra é atrelada a um indicador que pode variar ao longo do tempo. O caso clássico é o dos títulos atrelados à inflação, que pagam uma taxa prefixada mais a [variação do IPCA](#) ou outro índice de preços.

Principais investimentos em Renda Fixa

A renda fixa é uma grande categoria de investimentos, que reúne diversos tipos diferentes de produtos. Os principais são:

1. Títulos Públicos

Quem aplica em títulos públicos empresta dinheiro para o governo fazer a máquina pública funcionar. Os títulos públicos são considerados os investimentos mais seguros, porque são emitidos pela mesma grande entidade – o governo – que imprime o dinheiro do país.

Temporada de Balanços	Investir no Exterior	Seguros	O Rei dos Dividendos	Fenômeno Milionário
<div></div>				
I\$ 15,32 +0,13%	GGBR4 R\$ 27,48 +0,96%	IBOVESPA 120.409 pts +0,16%	DÓLAR R\$ 4,76 -0,33%	BITCOIN R\$
<div></div>				

Há papéis de três tipos disponíveis no [Tesouro Direto](#), sistema criado pelo governo em 2002 para facilitar as aplicações das pessoas físicas. Podem ser prefixados (Tesouro Prefixado e Tesouro Prefixado com Juros Semestrais), pós-fixados (Tesouro Selic) ou híbridos, atrelados à inflação (Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais).

Para investir em títulos públicos é preciso encarar algumas taxas. A primeira é uma tarifa de custódia paga à B3, já que é a bolsa de valores que organiza o sistema do Tesouro Direto. A segunda possível taxa é de administração, cobrada por alguns bancos e corretoras que fazem a intermediação das operações. Essa cobrança não é uma regra: na Rico, por exemplo, é possível [investir no Tesouro Direto com taxa zero](#).

2. Poupança

A [poupança](#) é o investimento mais tradicional do Brasil. Dezenas de milhões de pessoas têm pelo menos algum dinheiro guardado na caderneta. Nessa modalidade, as regras de funcionamento e de rentabilidade seguem diretrizes estabelecidas pelo governo. Não há taxas para aplicar na poupança, nem incidência de Imposto de Renda – os rendimentos são isentos. A remuneração oferecida aos investidores é a mesma em todas as instituições financeiras e, desde 2012, varia de acordo com o patamar em que se encontra a Selic.

Para os depósitos feitos a partir do dia 4 de maio de 2012, quando as novas regras entraram em vigor, o rendimento da poupança passou a ser de 0,5% ao mês mais a variação da TR se a Selic estiver acima de 8,5% ao ano. Quando estiver igual ou abaixo disso, a rentabilidade será equivalente a 70% da Selic mais a variação da TR. Quem mantém poupanças anteriores recebe rendimentos como antigamente: 0,5% ao mês mais a variação da TR.

Além da rentabilidade, que é baixa, outro ponto negativo da poupança é o fato de que a rentabilidade só é creditada para os investidores uma vez por mês, no mesmo dia em que a aplicação foi realizada. Alguém que aplique no dia 5 de um mês e precise resgatar o dinheiro no dia 3 do mês seguinte não receberá nenhum rendimento pelo período. Para obter o retorno, seria preciso manter os recursos na poupança até a “data de aniversário” – no caso, todo dia 5.

A poupança é assegurada pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), que devolve até R\$ 250 mil por investidor em casos de insolvência da instituição financeira.

3. CDBs

Assim como o governo levanta dinheiro emitindo títulos públicos, os bancos fazem o mesmo lançando [Certificados de Depósitos Bancários \(CDBs\)](#) no mercado.

Os CDBs mais comuns são pós-fixados e oferecem como remuneração um percentual de algum índice de referência de renda fixa – normalmente, a taxa do CDI. Em alguns bancos, essa rentabilidade pode ser tão baixa quanto a da poupança (de 70% do CDI, por exemplo). Mas, para atrair investidores, alguns outros podem oferecer até mais do que 100% do CDI.

títulos públicos e os CDBs, mas com emissores diferentes do governo ou dos bancos.

Normalmente, os recursos levantados pelas empresas com as debêntures servem para financiar grandes projetos, como a construção de uma nova fábrica ou um processo de expansão internacional. Por isso, elas costumam ter um vencimento mais longo que outros produtos de renda fixa. Não é raro encontrar debêntures com prazo de cinco ou até dez anos à frente. Elas também podem ter retornos prefixados, pós-fixados ou híbridos.

Via de regra, as debêntures são tributadas pela tabela regressiva do Imposto de Renda, com alíquotas que variam de 22,5% a 15%. Mas há uma exceção: as chamadas debêntures incentivadas, que são usadas para captar recursos para a realização de grandes obras de infraestrutura no país, são isentas. As debêntures não são cobertas pelo FGC.

5. LCI e LCA

A lógica do funcionamento das letras de crédito, tanto imobiliário ([LCI](#)) quanto do agronegócio ([LCA](#)), é semelhante à dos CDBs. Elas também são emitidas por instituições financeiras, com a diferença de serem restritas àquelas com alguma atividade de crédito relacionada ao setor imobiliário ou do agronegócio. Elas também contam com a cobertura do FGC.

As letras de crédito pós-fixadas são mais comuns e é normal que ofereçam remuneração levemente abaixo que a dos CDBs. Isso acontece porque as LCIs e LCAs são isentas de Imposto de Renda. Por conta dessa vantagem, mesmo com uma rentabilidade menor, esses produtos podem ser atraentes para alguns investidores – e por isso, as instituições financeiras podem oferecer uma condição um pouco menos favorável sem comprometer as emissões.

6. CRI e CRA

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários ([CRIs](#)) e do Agronegócio ([CRA](#)) são produtos financeiros um pouco mais complexos. Eles envolvem securitização, um processo que, grosso modo, transforma direitos de crédito – como as parcelas de um financiamento imobiliário ou o pagamento de aluguéis mensais – em papéis negociados no mercado financeiro.

Um exemplo é uma construtora que esteja recebendo por um apartamento que vendeu parcelado. Quem comprou se comprometeu quitar a dívida ao longo de vários meses, mas a construtora pode precisar desse dinheiro no curto prazo para finalizar uma parte da obra. Em vez de esperar até o fim do prazo, uma opção é “empacotar” esse fluxo futuro em um CRI e vendê-lo no mercado. Dessa forma, transfere a dívida para outro credor e consegue coletar o dinheiro todo de uma vez.

Quem compra um [CRI ou um CRA](#) no mercado recebe juros como remuneração. Uma vantagem desses produtos é que eles são isentos de Imposto de Renda. Não possuem, no entanto, garantia do FGC.

Leia também:

• [O que é FGC e como funciona?](#)

Qual é a diferença entre investir em Tesouro Selic, fundo DI e CDB?

O título público Tesouro Selic, os [fundos DI](#) e grande parte dos CDBs são todos investimentos de renda fixa pós-fixados. Mas eles apresentam algumas diferenças entre si.

A começar pela rentabilidade. Os títulos Tesouro Selic, como o nome indica, oferecem como remuneração ao investidor a taxa Selic integral (a não ser em raros casos, quando é aplicado um deságio).

Os fundos DI aplicam nesses papéis, mas, como os gestores costumam cobrar uma taxa de administração pelo trabalho de selecionar os ativos e administrar os recursos, é praticamente impossível obter um retorno equivalente à Selic integral.

Já os CDBs pós-fixados oferecem como remuneração um percentual da Selic ou da taxa do CDI. Nos grandes bancos, esse percentual raramente chega a 100% – o mais provável é que fique mais próximo de 90% ou até 80% do CDI. Instituições financeiras menores costumam praticar taxas mais atrativas, que podem ser até superiores a 100%, justamente para despertar o interesse dos investidores.

Além da rentabilidade, há outra diferença entre esses três produtos. O CDB é o único deles que conta com cobertura do FGC. Mesmo sem esse benefício, o Tesouro Selic é considerado seguro, já que o risco de crédito do governo é baixo. Os fundos, por sua vez, têm o patrimônio apartado do das instituições financeiras. Assim, caso algum problema ocorra com o banco ou a corretora que os oferecem, os recursos aplicados no fundo estarão seguros.

É seguro investir em Renda Fixa?

além de escolher a empresa emissora, é preciso avaliar o risco de crédito atribuído por agências internacionais – elevado. Também são considerados mais seguros os títulos que possuam proteção do FGC (embora a garantia seja limitada a R\$ 250 mil por investidor e por instituição financeira).

Outro risco que também está presente nos investimentos de renda fixa é o de mercado – ou seja, o risco de que as condições do mercado afetem o valor dos papéis. Esse risco é mais alto nos ativos prefixados e se apresenta na situação em que o investidor quer ou precisa resgatar os recursos antes do vencimento.

Nesse caso, é necessário vender os papéis pelo valor atual de negociação deles no mercado – que pode ser mais alto ou mais baixo do que o registrado na época do investimento. Isso porque o rendimento acertado previamente, quando foi realizado o investimento, vale apenas caso a aplicação seja mantida até o vencimento.

Mas onde entra o risco de mercado nessa história? Imagine que a taxa básica de juros tenha subido no período, para um patamar acima do praticado na época em que o investimento foi feito. Quando isso acontece, os títulos antigos tendem a perder valor – quem, afinal, vai se interessar por um papel que oferece uma taxa de juros mais baixa do que a vigente?

Um impacto semelhante ocorre com os títulos prefixados quando a inflação aumenta. No ajuste, eles perdem valor, já que seu retorno real – ao descontar o efeito da alta dos preços da economia – se torna menos interessante.

Investimentos de renda fixa podem estar sujeitos ainda a risco de liquidez, que é o grau de dificuldade para converter uma aplicação em dinheiro vivo. Uma debênture que seja pouco negociada no mercado, por exemplo, tem um risco de liquidez maior que o de um título público do Tesouro Direto.

Leia também: [Como investir com uma inflação acima do CDI](#)

Vantagens e desvantagens de investir em renda fixa

Ficou interessado nas aplicações de renda fixa? Elas embutem algumas vantagens que podem ser importantes para alguns investidores. Entre elas está a maior previsibilidade quanto ao comportamento dos papéis e os ganhos que podem ser obtidos. Embora não sejam livres de riscos como o nome “renda fixa” sugere, essas aplicações oferecem ao investidor um horizonte mais claro sobre o que esperar.

Outra vantagem é a variedade de produtos disponíveis, cada um com uma característica bem específica, e de emissores possíveis. Assim, é possível diversificar a [carteira](#), sem concentrar demais os investimentos em poucas opções.

Por outro lado, uma das principais desvantagens da renda fixa é que os ganhos são estáveis até demais. Há menos chances de se obter um retorno elevado rapidamente, como é comum acontecer no mercado de renda variável. Na verdade, com os juros em queda nos últimos anos, a rentabilidade dos papéis de renda fixa está ficando cada vez menos atrativa.

Há ainda um ponto adicional a considerar: embora exista uma variedade grande, alguns investimentos de renda fixa podem exigir aplicações iniciais elevadas, dificultando o acesso dos pequenos investidores.